



MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF: 02.762.115/0001-49 - Companhia Aberta - Bovespa: MMXM3



conforme alíquotas nominais vigentes e os valores dos impostos registrados nos períodos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL	(80.868)	(120.425)	(80.052)	(117.988)
IRPJ e CSLL à alíquota nominal (34%)	34%	34%	34%	34%
Adições permanentes, líquidas e outros	227.892	169.728	221.471	208.687
Exclusões permanentes, líquidas e outros	(147.024)	(84.671)	(138.490)	(82.737)
Total do IRPJ e CSLL	=	=	996	2.707
Alíquota efetiva	=	=	(1,24%)	(2,29%)

Para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas Controladas é o lucro real trimestral. **d) Exigências Fiscais e Tributárias:** As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de 5 (cinco) anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão, também, sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável. Como a legislação é frequentemente sujeita à interpretação, não é possível assegurar a aprovação definitiva desses impostos e contribuições. **20. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Risco:** A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os principais passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros derivativos, são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	246.195	186.299	246.651	186.756
Contas a pagar(i)	263.586	251.839	524.180	459.042
Contas a pagar a partes relacionadas	97.296	93.406	16.261	16.071
Acordo GVA(ii)	71.898	70.524	71.898	70.524
Royalties MMXM11	25.446	20.256	25.446	19.691
	704.421	622.324	884.436	752.084

(i) Composta por Fornecedores e Obrigações com terceiros. (ii) Composta por Obrigações com aquisições de investimentos. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e Controladas tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, e dívidas *"bullet"* e de curto prazo. **20.1. Risco de mercado:** Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros. **20.2. Risco cambial:** Risco de flutuação nas taxas de câmbio, às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia. **20.3. Risco de taxa de juros:** O saldo remanescente do endividamento da Companhia está 100% atrelado a juros fixos, eliminado o risco da flutuação na taxa de juros. **20.4. Risco de liquidez:** Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a MMX Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial, MMX Sudeste Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial, e MMX Corumbá Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial ajustaram pedido de recuperação judicial. Dessa forma, os pagamentos das obrigações da Companhia estão sendo tratados no âmbito da recuperação judicial. **20.5. Riscos Fiscais:** As declarações de imposto de renda apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **21. Informações por Segmento de Negócios:** **21.1. Descrição dos segmentos:** A Companhia é dividida em unidades de negócios com base em produtos e serviços, com dois segmentos sujeitos a divulgações de informações. A Administração da Companhia considera estes dois segmentos separados por região, porém com um único produto que é o minério de ferro (sistemas Corumbá e Sudeste), o qual está sujeito a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas. A Administração monitora separadamente os resultados operacionais dos segmentos, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. **Projetos e atividades:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, através de suas controladas diretas ou indiretas, desenvolve os projetos e atividades resumidos abaixo: **a) Sistema Sudeste:** O Sistema Sudeste manteve em seu portfólio o ativo mineral denominado Bom Sucesso, projeto Green Field **b) Sistema Corumbá:** O Sistema Corumbá é composto por complexo de extração de minério de ferro da MMX Corumbá Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial. A MMX Corumbá Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial é detentora de direitos minerários e arrendatária de direitos de lavra no Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul.

21.2. Balanços por segmento

	Sistema Sudeste	Sistema Corumbá	Corporativo	Ajustes e eliminações	Eliminações mantidos para venda	Consolidado
31/12/2020						
Ativo						
Circulante	5.663	15.508	313	–	–	21.484
Não Circulante	174.297	47.476	195.540	(320.691)	–	96.622
Investimentos	–	–	9.890	(73)	–	9.817
Imobilizado	–	–	–	–	–	–
Intangível	–	–	–	–	–	–
	179.960	62.984	205.743	(320.764)	–	127.923
Passivo						
Circulante	333.489	51.570	1.069.090	(595.159)	–	858.990
Não circulante	13.754	42.590	27.143	–	–	83.487
Patrimônio líquido	(167.283)	(31.176)	(890.490)	274.395	–	(814.554)
	179.960	62.984	205.743	(320.764)	–	127.923

	Sistema Sudeste	Sistema Corumbá	Corporativo	Ajustes e eliminações	Eliminações mantidos para venda	Consolidado
31/12/2019						
Ativo						
Circulante	5.991	7.613	3.561	–	10.749	27.914
Não Circulante	170.226	44.473	186.201	(313.893)	(2.004)	85.003
Investimentos	–	–	9.890	(73)	–	9.817
Imobilizado	–	8.745	–	–	(8.745)	–
	176.217	60.831	199.652	(313.966)	–	122.734
Passivo						
Circulante	330.676	49.354	984.794	(583.382)	39.053	820.495
Não circulante	13.754	39.053	21.992	–	(39.053)	35.747
Patrimônio líquido	(168.213)	(27.576)	(807.134)	269.416	–	(733.508)
	176.217	60.831	199.652	(313.966)	–	122.734

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Individual e Consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia informa, ainda, que seus números apresentados não possuem riscos ou incertezas advindos da crise causada pelo coronavírus Sars-CoV-2 na Sociedade Brasileira e mundial. A Recuperabilidade dos Ativos, Mensuração do Valor Justo, Provisões e Contingências Ativas e Passivas, assim como, Receitas e perdas esperadas não sofreram e não sofreram impactos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Joaquim Martino Ferreira – Diretor–Presidente e Diretor de Relações com Investidores ; Fernando Hermann

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da MMX Mineração e Metais S.A. – Em recuperação judicial. Rio de Janeiro - RJ. Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Fomos contratados para revisar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **MMX Mineração e Metais S.A. – Em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Não expressamos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 1. Plano de recuperação judicial, valor recuperável de ativos e continuidade operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 16 de outubro de 2014, a Controlada MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial, ajustou na Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais, pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05, deferido em 22 de outubro de 2014, conforme decisão da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte - MG. Em 19 de dezembro de 2014, a MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial apresentou plano de recuperação com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudos econômico-financeiros e de avaliação dos ativos dela. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores em 28 de agosto de 2015 e homologado em 23 de setembro de 2015 pelo Juiz da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte - MG. Em 28 de outubro de 2016 foi concluída a alienação de parte de determinados ativos, conforme previsto no plano de recuperação judicial. Em 22 de novembro de 2017, foi aprovada pela Assembleia Geral de Credores, aditivo ao plano original, no que diz respeito à forma de venda da UPI Fazendas e UPI Terminais. Em outubro de 2018, foi finalizado o leilão judicial das fazendas (UPI Fazendas e UPI Terminais), com arrecadação total de R\$12.932 mil. Neste sentido, em 31 de outubro de 2018, realizou-se a competente reunião de credores para apresentação dos resultados dos leilões, bem como para deliberação dos próprios sobre propostas adicionais de aquisição e sobre o destino dos ativos não arrecadados ou objetos das referidas propostas. Deste modo, os credores presentes, deliberaram pela aceitação de 03 (três) propostas de aquisição e ato contínuo, suspenderam a reunião de credores, data na qual a reunião foi retomada e todos os imóveis ainda pertencentes à MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial Mineração S.A. foram arrematados, tendo a MMX Sudeste Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial Mineração S.A., recebido uma proposta de R\$20.000 mil, a qual foi aceita em 24 de abril de 2019, após a renúncia ao direito de preferência dos sócios-quotistas das sociedades detentoras dos terminais que compõem a UPI Terminais. O preço de aquisição da UPI Terminais foi devidamente pago no dia 30 de abril de 2019. Entretanto, até a presente data, não houve nenhuma formalização referente a essa alienação, e, portanto, a Companhia e sua Controlada MMX Corumbá Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial não mensuraram, até a presente data, todos os possíveis efeitos decorrentes dessa alienação. Em 25 de novembro de 2016 a Companhia e sua Controlada MMX Corumbá Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial ("MMX Corumbá"), realizaram suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, nas quais os acionistas ratificaram a decisão de ajustar Pedido de Recuperação Judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ. O Pedido foi deferido pelo Exmo. Juiz titular da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro - RJ, em 19 de dezembro de 2016. O plano de recuperação judicial foi apresentado em 23 de março de 2017 e a Assembleia Geral de Credores

21.3 Demonstração dos resultados por segmento

	Consolidado			
	Período findo em 31 de dezembro de 2020			
	Minério de ferro			
	Sistema Sudeste	Sistema Corumbá	Corporativo	Ajustes e eliminações Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços – MI	–	(6)	–	(6)
Receita de venda de bens e/ou serviços – ME	–	–	–	–
	–	(6)	–	(6)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados Resultado bruto	–	(6)	–	(6)
Receitas/(despesas) operacionais				
Administrativas e gerais	(1.398)	(1.124)	22.723	–
–Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–
Provisão para patrimônio líquido negativo	–	–	(4.980)	4.980
Outras receitas/(despesas) operacionais	574	3.005	(25.199)	–
	(824)	1.881	(7.456)	4.980
				(1.419)

Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro

Resultado financeiro	4.926	1.286	2.571	7.082	15.865
Receitas financeiras	(3.012)	(5.927)	(78.471)	(7.082)	(94.492)
Despesas financeiras	1.914	(4.641)	(75.900)	–	(78.627)
	1.090	(2.766)	(83.356)	4.980	(80.052)
	(160)	(836)	–	–	(996)
	930	(3.602)	(83.355)	4.980	(81.048)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente Lucro/(prejuízo) do período consolidado

	Consolidado			
	Período findo em 31 de dezembro de 2019			
	Minério de ferro			
	Sistema Sudeste	Sistema Corumbá	Corporativo	Ajustes e eliminações Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços – MI	–	1.251	–	1.251
Receita de venda de bens e/ou serviços – ME	–	–	–	–
	–	1.251	–	1.251
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados Resultado bruto	–	(1.515)	–	(1.515)
Receitas/(despesas) operacionais		(264)	–	(264)
Administrativas e gerais	(73.478)	(909)	(28.266)	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–
Provisão para patrimônio líquido negativo	–	–	(71.821)	71.821
Outras receitas/(despesas) operacionais	19.027	2.269	89	–
	(54.451)	1.360	(99.998)	71.821
				(81.268)

Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro

Resultado financeiro	(54.451)	1.096	(99.998)	71.821	(81.532)
Receitas financeiras	8.221	2.722	5.436	14.583	30.962
Despesas financeiras	(13.337)	(9.658)	(29.840)	(14.583)	(67.418)
	(5.116)	(6.936)	(24.404)	–	(36.456)
	(59.567)	(5.840)	(124.402)	71.821	(117.988)
	(3.116)	409	–	–	(2.707)
	(62.683)	(5.431)	(124.402)	71.821	(120.695)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente Lucro/(prejuízo) do período consolidado

22. Cobertura de Seguros (Não auditado): A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não adotam mais política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. **23. Assuntos Criminais Relacionados ao Acionista Controlador:** No dia 08 de agosto de 2019, em decorrência da operação Segredo de Midas, desdobramento da Lava Jato, o empresário Eike Batista foi alvo de um mandado de prisão temporária. A prisão decorreu em razão de investigações que apuram suposta ocorrência de crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada. Embora a Companhia seja citada em algumas notícias, tanto o mandado de prisão temporária cumprido contra o Sr. Eike Batista, quanto os demais eventos que culminaram em referidas notícias não estão de qualquer forma associados e/ou foram praticados pela Companhia e/ou seus administradores. De toda maneira, estão sendo investigados os possíveis efeitos dos eventos relatados nas notícias, assim como, informa estar atenta aos seus respectivos e eventuais desdobramentos, notadamente no que diz respeito à Companhia. A Companhia e sua administração destacam, ainda, que não são afetados pelos efeitos da sentença de primeira instância proferida pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que condenou o Sr. Eike Batista a oito anos de prisão, em regime semi aberto, por uso de informação privilegiada (*insider trading*) e manipulação de mercado, praticados no ano de 2013, além do pagamento de multa no valor equivalente à 10.500 salários mínimos, tampouco possuem relação ou envolvimento com quaisquer atos ou fatos atribuídos ao Sr. Eike Batista no âmbito deste processo. A Companhia não é parte nesse processo. Essas medidas judiciais envolveram apenas o seu acionista controlador, o Sr. Eike Batista. A Companhia não faz parte em qualquer dos inquéritos ou processos criminais relacionados ao Sr. Eike Batista. Não é de conhecimento da Companhia quaisquer desdobramentos das operações acima, desde a revogação da prisão temporária do acionista controlador. **24. Eventos Subsequentes:** Conforme divulgado por meio de Fato Relevante em 25 de março de 2021, a Companhia e suas controladas MMX Sudeste Mineração S.A. ("MMX Sudeste") e MMX Corumbá Mineração S.A. ("MMX Corumbá"), a Rubicon Capital Partners Desenvolvimento de Negócios LTDA e o China Development Integration Limited ("Investidor"), celebraram contrato ("Term Sheet") vinculante, estipulando termos e condições para realização de investimento pelo Investidor na Companhia ou suas controladas. No Term Sheet, ficou acordado, dentre outros aspectos, o seguinte: a) a emissão privada de debêntures conversíveis em ações pela MMX e sua controlada MMX Sudeste, na forma de DIP Financing, nos termos do artigo 69-A a 69-F da Lei 11.101/2005; b) o compromisso de investimento do Investidor no valor de US\$ 50.000.000,00, por meio da aquisição, no todo ou em parte, das debêntures; c) Caberá ao Investidor decidir o valor que será direcionado à MMX e o valor que será direcionado à MMX Sudeste, sendo eles utilizados exclusivamente para: i. o pagamento dos credores da MMX e da MMX Corumbá na forma do Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pela Companhia; ii. o desenvolvimento das Minas do Sistema Corumbá (composto pelas Minas de Urucum e Rabicho); iii. o pagamento dos credores da MMX Sudeste no Plano de Recuperação Judicial; e iv. O desenvolvimento inicial da Mina de Bom Sucesso. A Companhia informa que as emissões de debêntures deverão observar a legislação aplicável, inclusive o direito de preferência de acionistas para sua aquisição, valendo ainda destacar que a Companhia e o Investidor devem negociar em breve a taxa de conversão das debêntures em ações da MMX. Contudo, a taxa de conversão deverá assegurar ao Investidor o controle da MMX. O investimento da CDIL na MMX ou suas controladas previsto no Term Sheet tem como condições precedentes, dentre outras condições geralmente previstas nesse tipo de compromisso: a. a reforma da decisão do juízo da Recuperação Judicial (4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro) proferida em 21 de agosto de 2019, que decretou a falência da MMX e MMX Corumbá, objeto de recurso apresentado pela Companhia perante a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Agravado de Instrumento nº 0053657 – 85.2019.8.19.0000), pendente de julgamento; b. a apresentação de novo Plano de Recuperação Judicial da MMX e da MMX Corumbá, cujos termos e cláusulas sejam aceitos pelo Investidor, bem como sua aprovação pelos respectivos credores, sendo que o Plano deverá prever a destinação do investimento; e c. a celebração de Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Fernando Hermann – Conselheiro Presidente; Paulo Esteves de Frias Villar – Conselheiro; Almiraz Piazzetta Marques – Conselheiro. **DIRETORIA:** Joaquim Martino Ferreira – Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Fernando Hermann – Diretor. **Gleiciene de Almeida Lopes** - Contadora - CRC-RJ 114629-O-8.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 29 de março de 2020, relativo às Demonstrações Financeiras (Individual e Consolidado) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Rio de Janeiro, 30 de março de 2021. Joaquim Martino Ferreira – Diretor–Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Fernando Hermann – Diretor.

(“AGC”) foi realizada na data de 24 de abril de 2019. A AGC da Companhia e da sua Controlada MMX Corumbá Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial ("MMX Corumbá") e, em conjunto com a Companhia, "Recuperandas"), no âmbito do Processo de Recuperação Judicial de nº 0405866-57.2016.8.19.0001 ("AGC"). A AGC foi instalada e na ocasião foram apresentados aos credores ajustes realizados ao Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas. Os credores, por unanimidade, deliberaram a suspensão da AGE para análise dos ajustes, que tinha previsão para retomada da AGC para deliberação, no dia 17 de maio de 2019, às 14:00 horas, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no Centro de Treinamento ABERJ, localizado na Av. Rio Branco, nº 81, 19º andar, Centro. Após mais algumas suspensões, no dia 01 de julho de 2019 o Plano de recuperação Judicial das recuperandas, foi aprovado em todas as classes de credores, por crédito e nas classes I e IV por cabeça, sendo que na classe III o Plano recebeu voto favorável de mais de 40% por cabeça. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 21 de agosto de 2019, o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro prolatou sentença por meio da qual decretou a falência da MMX e sua controlada MMX Corumbá Mineração S.A. no âmbito do Processo de Recuperação Judicial nº 866- 57.2016.8.19.0001. A Companhia interps Agravado de Instrumento de modo a modificar a decisão e, no mérito, revertê-la integralmente. Em 28 de agosto de 2019 a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo Exmo. Desembargador Benedito Abicair, relator do Agravado de Instrumento, por meio da qual foi suspensa a decisão combatida. Ainda não ocorreu o julgamento de mérito do recurso de Agravado de Instrumento. A Companhia e sua Controlada MMX Corumbá Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial não mensuraram até a presente data todos os possíveis efeitos decorrentes dos seus respectivos planos de recuperação judicial para fins de ajuste aos seus valores realizáveis, tendo em vista inclusive a dependência dos eventos futuros acima mencionados, o que pode afetar de maneira significativa a definição dos seus valores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízos acumulados, individual e consolidado, de R\$758.322 mil, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$953.136 mil e R\$852.007 mil, respectivamente, e apresentou patrimônio líquido negativo, individual e consolidado, de R\$812.933 mil e R\$814.554 mil, respectivamente. Para reverter esta situação, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, conforme divulgado acima, depende do sucesso da conclusão dos seus respectivos planos de recuperação judicial, além da necessidade do aporte de recursos de novos investidores para continuar os projetos que permanecerão no portfólio das controladas. **2. Controles internos com fraquezas significativas:** A Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados de segregação de funções que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas como um todo e análise do impacto do processo de recuperação judicial de suas Controladas nas respectivas demonstrações financeiras, principalmente no que tange a apresentação e mensuração de ativos remanescentes e análise para realização de valores a receber de partes relacionadas. **Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos nº1 e nº2, incluídos na seção "Base para abstenção de opinião" acima, não foi possível concluir sobre os valores não provisionados, sobre os ativos não circulantes disponíveis para venda, imobilizado, realização de valores a receber de partes relacionadas e nem tampouco sobre a necessidade de efetuar ajustes adicionais decorrentes dos impactos dos planos de recuperação judicial em relação aos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas para fins de realização aos seus valores recuperáveis, bem como, nos elementos componentes das demonstrações de 2019, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela